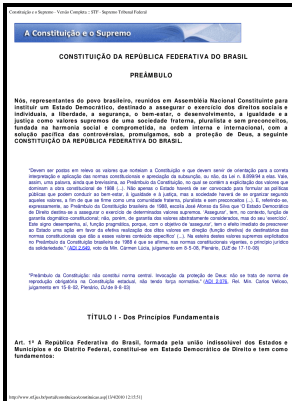


Código de divisão e organização judiciárias do Estado (Resolução no. 1/70 de 2 de dezembro de 1970).

Imprensa Oficial do Estado - Decreto



Description: -

Judicial districts -- Brazil -- Santa Catarina.

Courts -- Brazil -- Santa Catarina. Código de divisão e organização judiciárias do Estado (Resolução no. 1/70 de 2 de dezembro de 1970).

-Código de divisão e organização judiciárias do Estado (Resolução no. 1/70 de 2 de dezembro de 1970).

Notes: At head of title: Estado de Santa Catarina. Tribunal de Justiça.

This edition was published in 1971



Filesize: 69.72 MB

Tags: #Decreto

Decreto

CAPÍTULO IV Da Corregedoria Permanente e da Administração do Fôro Artigo 50 - A correção permanente consiste na atividade fiscalizadora dos órgãos da justiça sobre todos os seus serviços auxiliares, a Polícia Judiciária e os presídios, e será exercida nos termos do regimento próprio. The pious among Ahlus Sunnah are the Friends of Allah, while the sinners among Ahul-Bidah are the Enemies of Allah. Nosso serviço de entregas não permite encomendas feitas com endereçamento de Caixa Postal.

Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe

SEÇÃO II Da Competência das Varas Distritais Artigo 41 - Aos Juizes das Varas Distritais compete: I - processar e julgar: a as causas civis e comerciais da espécie e valor estabelecidos na Lei de Organização Judiciária quando o réu fôr domiciliado no território do Juízo ou versarem sobre imóvel nêle situado, bem como as conexas de qualquer valor; b os crimes sujeitos à pena de detenção e as contravenções penais; c as medidas preparatórias preventivas e incidentes, relativas às ações de sua competência.

Decreto

LIVRO V Das Custas, Despesas Judiciais e Extrajudiciais TÍTULO I Das Custas e Despesas Judiciais Artigo 252 - Todos os atos judiciais serão pagos pelas partes ou interessados, salvo quando beneficiados pela assistência judiciária ou isentos por lei. Ao Tribunal Pleno, além das competências previstas nas Constituições Federal e Estadual, cabe exercer as demais atribuições conferidas em lei e no Regimento Interno.

Organização Judiciária do Estado de São Paulo

O Tribunal Pleno, em suas sessões, será presidido pelo Presidente do Tribunal e, no seu impedimento, sucessivamente, pelo Vice-Presidente e pelo Desembargador mais antigo. Artigo 117 - Os magistrados, nomeados, promovidos ou removidos pelo Governador do Estado, na conformidade das leis em vigor, tomarão posse do cargo e entrarão no exercício de suas funções no prazo de 30 trinta dias, contados da publicação oficial do decreto respectivo.

Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe

As Circunscrições Judiciárias do Estado de Sergipe são as constantes do Anexo I. .

Organização Judiciária do Estado de São Paulo

Parágrafo único - Não se verificando a posse e o exercício no prazo determinado, será feita ao Poder Executivo nova indicação.

Organização Judiciária do Estado de São Paulo

Artigo 177 - Se o paciente estiver fora do Estado, os exames e diligências serão deprecados à autoridade judiciária local que fôr competente.

Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe

Artigo 174 - Tratando-se de incapacidade mental, o Presidente do Tribunal nomeará, desde logo, um curador idôneo, que representará o paciente e por êle responderá. Artigo 30 - Os Tribunais do Júri funcionarão permanentemente, salvo nos domingos e feriados, nas fêrias da Semana Santa e no período de 23 de dezembro a 2 de janeiro. O desembargador licenciado poderá ser convocado para julgar os processos em que houver lançado o seu visto, interrompendo para êsse efeito a licença, durante os dias que forem necessários, e que lhe serão restituídos a final.

Related Books

- [Leadership and decision-making in a black community: an inter-disciplinary analysis and study.](#)
- [Ikhtilāf abniyat al-asmā' wa-al- af'āl - fi al-qirā'āt al-manqūlah fi tafsīr Abī Hayyān.](#)
- [Cruzar el danubio.](#)
- [Dzieje najnowsze Polski](#)
- [Vision 2000](#)